

ENCONTRO
ARQUIVOS DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ATAS



Coordenação

Maria Fernanda Rollo

Madalena Ribeiro

Paula Meireles

Pedro Penteado

TÍTULO

Encontro Arquivos da Administração Pública: atas

COORDENAÇÃO

Maria Fernanda Rollo, Madalena Ribeiro, Paula Meireles e Pedro Penteado

REVISÃO, FORMATAÇÃO E DESIGN

Madalena Ribeiro e Pedro Casquinha dos Santos

ISBN

978-972-96844-4-9

EDIÇÃO

Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL

Março de 2016

Índice

Introdução.....	5
Conferência de abertura.....	13
O Arquivo Nacional suspendeu as funções de Arquivo do Estado. Reflexões de uma historiadora acerca da política de arquivos, <i>Miriam Halpern Pereira</i>	14
Painel I: Os arquivos em contexto de reforma	22
Arquivo Histórico Ultramarino: para além do acervo, <i>Ana Canas</i>	23
Assembleia Distrital de Lisboa: que fazer com estes arquivos?, <i>Maria Ermelinda Toscano</i>	30
Painel II: Acesso à informação.....	41
Arquivos da Administração Local: análise ao acesso <i>online</i> , <i>Nuno Marques e Sónia Negrão</i>	42
Conservação versus Acesso: Mapeamento de colecções, <i>M^a Conceição Casanova, Laura Moura e Ana Canas</i>	54
Painel III: Acesso e preservação digital	70
Uma perspetiva sobre o contributo do repositório para o arquivo institucional, <i>Maria Eduarda Pereira Rodrigues</i>	71
Repositório de Informação do Município de Ponte de Lima (RIMPL), <i>Cristiana Freitas e Paulo Barreiro de Sousa</i>	80
Painel IV: Tratar para disponibilizar	94
Os Arquivos municipais: entre cidadania e a memória. Tornar dificuldades em oportunidades e conferir maior centralidade aos arquivos nas organizações, <i>Sandra Cristina Patrício da Silva</i>	95
A avaliação documental nos Cuidados de Saúde Primários: apresentação de casos de estudo, <i>Diogo Pocariço e Milene Candeias</i>	110
O papel do Arquivo de Ciência e Tecnologia no acesso aos arquivos: o projeto de tratamento do arquivo da Comissão Fulbright, <i>Cláudia Filipe</i>	116
Arquivo Histórico Militar: Projetos e Desafios, <i>João Moreira Tavares</i>	125
O Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana. As fontes histórico-policiais, <i>Nuno Andrade</i>	139
O arquivo corrente, em formato digital, da Rota do Românico: um trabalho colaborativo, <i>Joaquim Luís Costa</i>	151
Painel V: Para uma política de gestão de informação	164
O Arquivo Contemporâneo e a gestão da informação do Ministério das Finanças, <i>Ana Gaspar</i>	165
Arquivo Diplomático: para além da Administração Pública, <i>Margarida Lages</i>	171

Da Carta de Lei de 1821 (Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça) ao Decreto-Lei 123/2011 (Ministério da Justiça): gestão, preservação e comunicação dos fundos documentais da Justiça, <i>Vitor Manuel Salgueiro António</i>	181
É possível um elefante andar de skate? Avaliação nos arquivos da Administração, <i>Alexandra Lourenço e Pedro Penteadó</i>	197
Anexos.....	206
Programa	207

Painel III: Acesso e preservação digital

Uma perspetiva sobre o contributo do repositório para o arquivo institucional

Maria Eduarda Pereira Rodrigues

Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior Agrária e Escola Superior de Artes Aplicadas

Introdução

As questões relativas à organização, gestão e preservação dos documentos que suportam o conhecimento científico, tendo em vista a sua passagem às gerações vindouras, constituem um desafio que as instituições de ensino superior (IES) enfrentam diariamente. O advento da era digital, com todo o potencial emergente de aplicação das tecnologias à gestão e preservação documental, trouxe consigo uma esperança de minimização de alguns problemas relacionados com o fenómeno da preservação de conteúdos científicos.

Entre os problemas identificados contam-se: documentos acumulados em qualquer local sem critérios de organização, arrumação ou outros; documentos publicados quase perdidos, em suporte papel ou digital, amontoados em gabinetes de docentes/investigadores, em computadores ou periféricos, ou em arrecadações sem quaisquer cuidados de controlo e conservação; documentação e informação em suporte digital incipientemente organizada e apenas em função de interesse pessoais ou profissionais, (vg. *Curriculum vitae*).

Os Repositórios Institucionais (RI), temáticos ou outros, pelas suas características, podem ajudar a resolver alguns destes problemas, na medida em que contribuem para a preservação do conhecimento registado, permitindo que o mesmo possa ser usufruído, por qualquer cidadão com acesso à Internet, em todo o tempo.

Objetivos

O presente estudo teve como objetivo compreender, a partir da análise de algumas ferramentas de gestão e organização dos *outputs* científicos, de que forma é que os

repositórios institucionais das IES podem contribuir para o arquivo das suas instituições.

Breve revisão da literatura

No domínio da gestão documental, a preservação dos documentos assume grande importância. Com o passar do tempo, a possibilidade de deterioração dos documentos aumenta, tornando-se muitas vezes irreversível (Sageer e Francis, 2015). Ao longo dos últimos anos, vêm-se registando cada vez maiores preocupações com as questões relacionadas com a preservação, mormente a preservação digital, tendo em conta os avanços tecnológicos verificados em vários domínios e, em particular, no domínio da publicação de conteúdos científicos por parte das IES.

Neste contexto alguns autores (Jantz e Giarlo, 2007) sugerem mesmo uma clarificação do termo preservação digital definindo-o como

□ Digital preservation is defined as the managed activities necessary: (1) For the long term maintenance of a byte stream (including metadata) sufficient to reproduce a suitable facsimile of the original document and (2) For the continued accessibility of the document contents through time and changing technology. □

Tendo em consideração que a maioria da informação e documentos atualmente já nasce digital, importa definir estratégias que visem a sua preservação de longo prazo (Gladney, 2006).

Os RI de Acesso Aberto são sistemas de informação que agregam dados, metadados e documentos em formato digital (Rodrigues e Rodrigues, 2014b), num único local constituindo-se como locais onde é possível agregar todos os *outputs* científicos das instituições (Cassela, 2010). Lynch (2003) refere o repositório institucional como:

□ a set of services that a university offers to the members of its community for the management and dissemination of digital materials created by the institution and its community members. □

O advento dos Repositórios Institucionais de Acesso Aberto e a aceitação deste modelo de publicação pelas instituições de ensino superior (IES) veio proporcionar a identificação, recolha, aglutinação, organização e disponibilização de massas documentais de tipologias variadas, que refletem a dinâmica de produção científica das várias IES (Bankier e Percialli, 2008). Não fora a criação dos RI e, certamente,

muitos dos documentos produzidos nas IES seriam votados ao esquecimento, à deterioração e à destruição definitiva (Rodrigues e Rodrigues, 2014c).

A criação, desenvolvimento e expansão dos RI constituíram assim uma oportunidade ímpar, não só de levar ao conhecimento público todo o trabalho científico realizado nas respetivas instituições ao longo dos tempos, como ajudaram à sua recuperação, reutilização e preservação de longo prazo (Grundman, 2009; Rodrigues e Rodrigues, 2014c). Não é por demais afirmar que os repositórios são inclusivos e esta sua característica é modelada por várias dimensões que não se limitam ao tipo e natureza dos documentos, à área científica de maior projeção, ou a trabalhos efetuados por autores mais reputados, mas envolvem também a dimensão temporal, já que estes procuram abarcar a totalidade do conhecimento científico produzido e registado nas respetivas IES, desde a sua criação. No entanto, os RI deparam-se com alguns desafios no que toca a questões que se prendem com a preservação dos documentos, nomeadamente no estabelecimento de princípios necessários à salvaguarda e à preservação de longo prazo dos documentos (Zhu et al., 2012; Caplan, 2007).

A organização do trabalho dos repositórios é geralmente pautada pela utilização de instrumentos de gestão organizacional e funcional que determinam a interação do repositório com a sua comunidade e vice-versa, tais como as Políticas de Depósito de Documentos (PDD) que definem o âmbito de aplicação do RI e a forma como este deve ser incrementado (Rodrigues e Rodrigues, 2014a).

Material e métodos

O presente estudo foi realizado sobre os RI de IES portuguesas pertencentes à Rede RCAAP (Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal), tendo por base as Políticas de Depósito de Documentos do RI, a Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e o conteúdo do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto, relativo ao depósito de trabalhos conducentes à obtenção dos graus de mestre e doutor.

Para a sua realização foram selecionados, no Portal do RCAAP, seis repositórios de IES públicas (três de universidades e três de institutos politécnicos), sendo os critérios

de seleção: ter a PDD publicada na página *web* do repositório e estar entre os três repositórios com maior número de documentos arquivados, para cada categoria de IES.

Foram selecionados os seguintes RI: Repositório Aberto da Universidade do Porto, Estudo Geral da Universidade de Coimbra, RepositoriUM da Universidade do Minho, Biblioteca Digital do Instituto Politécnico de Bragança, Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco e Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu (Tab. 1). Os textos da PDD foram descarregados a partir das páginas *web* dos repositórios selecionados.

Repositório	N.º de documentos
Repositório Aberto (Univ. Porto)	33462
RepositoriUM (Univ. Minho)	26787
Estudo Geral (Univ. Coimbra)	12470
Biblioteca Digital (Instituto Politécnico de Bragança)	9535
Repositório Científico (Instituto Politécnico de Castelo Branco)	2480
Repositório Científico (Instituto Politécnico de Viseu)	1809

Tabela 1 □ Repositórios em estudo

Fonte: Portal RCAAP, em junho de 2015

Relativamente à PDD foram verificadas as questões relacionadas com o âmbito e abrangência, com os formatos e com a referência às questões de preservação.

Foi efetuada uma análise ao conteúdo da Política de Acesso Aberto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e ainda ao conteúdo do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º115/2013 de 7 de agosto, que republica o Decreto-Lei n.º 76/2004 de 24 de março (Graus académicos e diplomas do ensino superior).

Resultados

A análise das PDD revelou em todos os casos uma preocupação com a abrangência e inclusão, ou seja os RI contemplam todos os tipos de documentos e publicações de caráter científico e técnico, produzidos pelos membros das instituições, incluindo literatura cinzenta. Deste modo parecem estar reunidas as condições para que os RI absorvam todos os documentos produzidos no âmbito das atividades de publicação das instituições de ensino superior.

Relativamente à forma dos documentos, em todas as políticas se encontram referências à necessidade de depositar os documentos preferencialmente no seu formato final, isto é, na versão que foi publicada. Esta questão é bastante importante e revela que há preocupação das instituições com a qualidade dos conteúdos disponibilizados a partir dos seus RI. Os repositórios são alvo de algumas críticas pois, mercê de constrangimentos respeitantes a direitos de autor cedidos a terceiros, por vezes incluem versões não finais de alguns documentos, tais como artigos científicos. Ao recomendarem o depósito do documento na sua forma final, parecem revelar preocupação com a qualidade do item depositado e potenciam a preservação no seu formato original.

Relativamente à questão da preservação propriamente dita, apenas duas das políticas se referem claramente à questão da preservação de longo prazo e à garantia da manutenção dos conteúdos a título permanente, a Política do Repositório Aberto da Universidade do Porto e a Política do Estudo Geral da Universidade de Coimbra. No entanto, em qualquer dos casos, não é referida a forma, o local ou o suporte de preservação que é utilizado.

A Política de Acesso Aberto da FCT é um documento de caráter vinculativo que estabelece as regras a observar pelos investigadores no âmbito da publicação científica nacional, total ou parcialmente financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A política determina que estas publicações devem, sempre que possível, ser depositadas em livre acesso e na sua forma integral num repositório da Rede RCAAP para permitir o acesso livre e sem custos ou restrições de conteúdo, a qualquer utilizador. A Política de Acesso Aberto da FCT aplica-se a todas as publicações resultantes de projetos de I&D, sujeitas a processos de revisão e

validação científica, incluindo revisão por pares (*peer review*), total ou parcialmente financiadas pela FCT. Incluem-se neste universo as publicações produzidas no âmbito de projetos de I&D, de bolsas de investigação de todas as tipologias e de emprego, nomeadamente Investigador FCT ou equivalente. Determina ainda que o depósito das publicações tem de ser efetuado em, pelo menos, um repositório da rede RCAAP, sem prejuízo de poder ainda ser realizado em outros repositórios. Relativamente à forma refere que deve ser sempre depositada a versão final do documento, considerando-se como tal quer a versão do editor, quando for permitida, quer a versão final aceite para publicação que inclui as alterações decorrentes do processo de revisão, mas não está ainda em formato final de edição.

O artigo 50.º do Decreto-lei n.º 115/2013 de 7 de agosto procedeu à alteração da lei do depósito legal relativamente às teses de doutoramento e outros trabalhos, conferentes do grau de doutor, e às dissertações de mestrado e outros documentos, conferentes do grau de mestre. Assim, o número 1 determina que dos trabalhos realizados para obtenção do grau de doutor ou do grau de mestre deve ser, obrigatoriamente, depositada uma cópia, em formato digital, num repositório da rede RCAAP. O número 2 esclarece que o depósito visa o tratamento e a preservação destes documentos bem com a sua difusão.

Conclusões

Todas as PDD analisadas determinam o depósito no respetivo RI de toda a produção científica da organização. Duas das políticas referem-se mesmo à preservação de longo prazo dos seus conteúdos.

O conteúdo da Política de Acesso Aberto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia obriga ao depósito em um repositório da Rede RCAAP de todos os documentos publicados, com financiamento total ou parcial da FCT.

O artigo 50.º do Decreto-Lei 115/2013 de 7 de Agosto refere a obrigatoriedade de depositar num repositório da Rede RCAAP, todas as teses e trabalhos conducentes à obtenção do grau de doutor e todas as dissertações e trabalhos conducentes à obtenção do grau de mestre.

Tendo em conta que todos estes instrumentos apontam sempre para o depósito dos documentos em RI, parece poder-se concluir que, do ponto de vista conceptual, os Repositórios Institucionais podem ser contribuintes diretos do arquivo institucional, já que agregam, organizam e procuram preservar todos os *outputs* científicos das respetivas instituições na sua forma final. Fazem-no de modo transparente e observando regras internacionais de organização de dados e metadados. São interoperáveis com outros sistemas e registam preocupação com a preservação de longo prazo.

Notas finais

Durante a realização deste estudo identificaram-se alguns problemas que poderão ser objeto de reflexão com vista à sua resolução. Entre estes problemas destacam-se as questões relacionadas com direitos de autor, que podem estar a impedir o depósito e a consequente preservação do *output* final dos documentos, a existência de mais do que um exemplar do mesmo documento depositado no mesmo repositório ou em vários repositórios, originando redundâncias desnecessárias, a multiplicidade de formas para o mesmo documento (*preprint*, *postprint* e outras), a qualidade do exemplar (*born digital* ou digitalizado), o que coloca a questão sobre qual o documento (conteúdo/formato) a preservar enquanto parte do arquivo científico/documental da instituição.

Fontes e referências bibliográficas

BANKKIER, J.-G.; PERCIALLI, I. (2008) □ The institutional repository rediscovered: what can a university do for open access publishing? **Serials Review**. 34: 1. 21-26.

CAPLAN, P. (2007) □ The Florida Digital Archives and DAITSS: a working preservation repositon on format migration. **Int. J. Digit. Libr.** 6, 305-311.

CASSELLA, M. (2010) □ Institutional repositories: an internal and external perspective on the value of IRs for Researchers □ communities. **Liber Quarterly**. 20:2. 201-225.

DECRETO-LEI n.º 115/2013. «**DR I Série.**» 151 (13-08-07) 4749-4772.

GLADNEY, H.M. (2006) □ Principles for digital preservation. **Communications of the ACM**. 49:2. 111-116.

GRUNDMAN, A. (2009) □ Increasing self-archiving publications in institutional repositories. **LIBR**. 287. 1-11.

JANTZ, R.M.A.; GIARLO, M. (2007) □ Digital archiving and preservation technologies and processes for a trusted repository. **Journal of Archival Organization**. 4:1-. 193-213.

LYNCH, C. (2003) □ Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bymonthly Report**. 226. 1-3.

RODRIGUES, M.E.P.; RODRIGUES, A.M. (2014a) - Avaliação da eficácia da □política mandatária□em repositórios: um estudo de caso no Instituto Politécnico de Castelo Branco □Portugal. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**. 3: 1. 60-64.

RODRIGUES, M.E.P.; RODRIGUES, A.M. (2014b) - Os autores e o repositório científico □estudo de caso. **RECIIS □Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde**. 8: 2. 107-121.

RODRIGUES, M.E.P.; RODRIGUES, A.M. (2014c) - Os repositórios científicos e a função preservação: realidade ou desafio. In **Encontro Arquivos Científicos**, FCSH-UNL, Lisboa, 3-4-julho. Comunicação oral.

SAGEER, T.K.M.; FANCIS, A.T. (2015) □Digital library for endangered documents: an approach towards preservation of palm leaves manuscripts in the state of Kerala. International Research: **Journal of Library and Information Science**. 5:1. 17-27.

ZHU, B.; MARCIANO, R.; MOORE, R.; HERR, L.; SCHULZE, J. (2003) Digital repository: preservation environment and policy implementation. **Int. J. Digit. Libr.** 12. 41-19.